

Este capítulo tem como objetivo tecer considerações a respeito das trocas de experiências de campo na Região Amazônica dos participantes do CLIU. Os objetivos específicos são: descrever o contexto sócio-histórico e cultural das experiências do Programa Conexão Local interuniversitário na Amazônia Sul ocidental, comentar as experiências pedagógicas e a riqueza dos diálogos e troca de saberes dos participantes.

Trabalha-se conceitualmente com os textos de Morin (2001), enfatizando a troca de saberes. Sua ideia é que as relações sociais devem ser entendidas como um todo histórico, ecológico, social e antropológico, fundamentadas numa concepção construtivista, sistêmica, múltipla e ampla da realidade. Considera-se que cada ser humano está mais ou menos atado aos seus destinos sociais pré-programados por sua feição genética, pela influencia da cultura e da sociedade sobre ele no tempo e no espaço, pelas posições sociofamiliares, pelos diferentes modos de socialização, etc. Outro conceito que dá sustentação a esse capítulo são as noções de poder e de dominação em Weber (2003, 1999, 1997), aplicadas aqui às relações históricas intergrupais na exploração da Amazônia, feitas por povos nativos; colonos: patrões e seringueiros, fazendeiros, pequenos proprietários rurais e outros trabalhadores. As transformações nesse espaço político, social e geográfico foram resultados de conflitos, acordos e parcerias, ao longo de um século e meio de ocupação da Amazônia. Com base nessas ideias, entende-se que a formação das estruturas dos grupos sociais favoreceu o estabelecimento de relações de poder e de dominação de umas pessoas sobre outras, nas mais diferentes áreas da vida. Numa sociedade em formação, como a acreana, os tipos de dominação weberianos em certas ocasiões simplesmente não existiam, prevalecendo o uso do poder absoluto. O processo social e cultural de luta pela dominação da Amazônia envolveu colonos nordestinos em contato com os indígenas. Mais recentemente, a partir dos anos 1970, os “paulistas” (colonos e fazendeiros migrantes do Sudeste e Sul do Brasil) chegaram ao Acre e se incorporaram ao processo resultante no tipo humano e social atual na região.

1. Contexto sócio-histórico e cultural das experiências do CLIU na Amazônia Sul Ocidental.

A Amazônia é a região compreendida pelas terras que permeiam o Rio Amazonas-

¹ Professor Associado 4 da Universidade Federal do Acre, Doutor em Psicologia Social (PUC-SP)

Solimões e seus afluentes, os rios: Branco, Japurá, Jarí, Juruá, Negro, Purus, Madeira, Tapajós, Tocantins, Trombetas e Xingu, possuindo uma extensão territorial de cerca de sete milhões e meio de quilômetros quadrados envolvendo a Bolívia, o Brasil, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa, representando 43% da América do Sul. A Amazônia legal brasileira corresponde a mais de 60% do território nacional². O Estado do Acre, com mais de 164 mil quilômetros quadrados de território, situa-se na Amazônia Sul Ocidental. Até meados do século XIX seus únicos habitantes eram os indígenas pano e aruak, na bacia amazônica dos rios Juruá e Purus, respectivamente. Não havia habitantes brasileiros, bolivianos ou peruanos, ditos civilizados, na região. A colonização da Amazônia Ocidental se iniciou por volta de 1870 e o extrativismo dos seringais durou quase um século. Os habitantes mais tradicionais dos povoados, das vilas, das cidades pequenas e médias da Amazônia Sul Ocidental brasileira têm uma história comum: todos são filhos, netos ou bisnetos de nordestinos.

1.1 Dados históricos, culturais e econômicos da Amazônia Sul Ocidental.

O desenvolvimento social e econômico do Acre e da Amazônia Sul Ocidental foi impulsionado por dois eventos ligados ao extrativismo da borracha. O primeiro, com a migração de nordestinos que, fugindo da seca, vieram para a Amazônia, a partir de 1870 até 1912. Alguns fatores geopolíticos contribuíram para a ocupação das terras do Acre, que resultaram no movimento social chamado de *Revolução Acreana ou Guerra do Acre*: O que hoje se denomina Acre, era no século XIX uma terra desconhecida dos governos do Brasil, do Peru e da Bolívia. A divulgação da descoberta do látex da seringa tornou a toda a Amazônia economicamente estratégica (PESSOA, 2007).

Vinte a trinta anos depois que os brasileiros nordestinos estavam explorando a região, as autoridades bolivianas tentaram impedir seu trabalho afirmando que aquela terra era boliviana. A Revolução Acreana ou a Guerra do Acre foi a alternativa seguida pelos seringueiros, que, armados com a ajuda de seringalistas e treinados pelo Coronel Plácido de Castro enfrentaram e revidaram as provocações do Exército boliviano à revelia do governo brasileiro (TOCANTINS, 1979).

O segundo momento aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Quando os japoneses invadiram a Malásia impediram a comercialização da borracha asiática para os países industrializados. Através do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), Vargas determinou o alistamento de milhares de nordestinos, enviando-os para a Amazônia a fim de suprir as necessidades de borracha dos países aliados, financiados pelos Estados Unidos da América. Os soldados da borracha ganhariam os mesmos benefícios concedidos aos soldados brasileiros que combateram na Europa (QUARESMA & PESSOA, 1999). A borracha produzida servia para abastecer os mercados

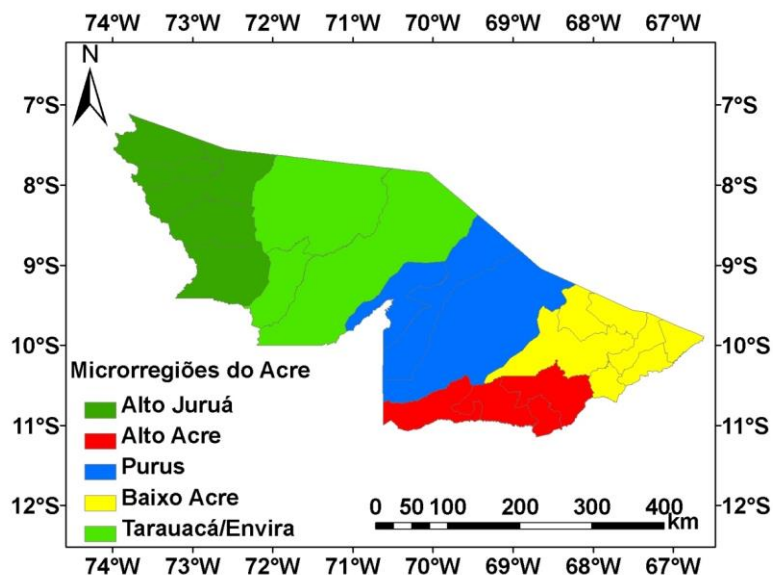
² www.mutiraoamazonia.org.br

industriais norte-americanos e europeus (PESSOA, 2007).

Os processos de colonização mais recentes (anos 1970) utilizaram a terra virgem florestal para fins agropecuários e trouxeram resultados diversos: por um lado, a melhoria da economia, com a implantação da pecuária extensiva, mas, por outro lado, esse modelo altera significativamente o meio ambiente e traz o empobrecimento do solo, a destruição paulatina e constante da cobertura florestal, da fauna, da flora, gera poluição do ar e dos rios. Algumas consequências dessa mudança têm sido o aumento de doenças nos próprios seres humanos. O assoreamento dos rios, as secas, as queimadas, as enchentes em grande escala têm causado enormes prejuízos para os habitantes das cidades e para os que ainda vivem na zona rural.

O Acre de hoje é um reflexo dessa história extrativista e pecuarista, cujos resultados sociais são visualizados nos dados sociodemográficos, expostos a seguir.

Figura 01: Mapa das Microrregiões do Estado do Acre



Fonte: IBGE, 2012

O Estado do Acre é formado por 22 municípios distribuídos por rios-afluentes de dois grandes rios da Bacia Amazônica: o Juruá e o Purus. Está subdividido em Baixo Acre, na parte Leste do Estado; o Alto Acre, no Sul, o vale do Purus, no centro do Estado, o vale do Tarauacá/Envira no meio Oeste, e o vale do Juruá no extremo Oeste.

Dados demográficos do Acre

Tabela 01: População do Estado do Acre dos censos de 1991, 2000 e de 2010.

	Masculino	Feminino	Urbano	Rural	Total
Ano 1991	49,8%	50,2%	62%	38%	417.718
Ano 2000	49%	51%	66%	34%	557.526
Ano 2010	50%	50%	73%	27%	732.793

Fonte: Pessoa, a partir dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

A população do Acre, segundo a tabela acima, em 2010 era de 732.793 habitantes. De 1991 para 2010 sua população quase dobrou, concentrando-se cada vez mais na zona urbana. A estratégia da população tem seguido essa lógica: da floresta para os pequenos povoados, destes para as pequenas cidades e destas para a capital. Quanto maior a cidade, mais oportunidades oferece a seus moradores de estudo, emprego, lazer, cultura, etc. “Existe um mito de que as cidades empobrecem as pessoas. Na verdade, são os mais pobres que são atraídos pelos grandes centros urbanos em busca de oportunidades para subir na vida. É mais um sinal de seu dinamismo” (GLAESER, 2012: 21). A estimativa populacional para 2014 é de quase 800 mil habitantes.

Quanto à educação, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos em 2010 foi de 5,2% muito maior que a média dos demais estados da Região Norte (2,9%) e da média do Brasil (1,9%). Notam-se melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013, onde no desempenho dos alunos de 1^a. à 4^a. séries, o Acre ficou com a nota 5,1; de 5^a. à 8^a. série a nota foi: 4,4; mas, no Ensino Médio alcançou uma nota baixa: 3,3 (<http://ideb.inep.gov.br/>). Em 2014, a Universidade Federal do Acre tem aproximadamente de 15 mil alunos em quase 50 cursos de graduação e pós graduação (especialização, mestrado e doutorado). Há também outros cursos superiores em ascensão no Estado, pertencentes a entidades particulares.

Uma avaliação mais ampla da população acreana está refletida no seu índice de desenvolvimento humano municipal.

Tabela 02. Índice de desenvolvimento humano dos Municípios do Acre, de 2010.

Municípios	IDHM	Renda	Longevidade	Educação	Posição BR
Rio Branco	0,727	0,729	0,798	0,661	1.107
C. do Sul	0,664	0,648	0,776	0,582	2.802
Epitaciolândia	0,653	0,654	0,771	0,553	3055
S. Guiomard	0,640	0,649	0,786	0,513	3291
M. Lima	0,625	0,580	0,770	0,0,546	3587
P. Castro	0,622	0,593	0,786	0,517	3353
Brasileia	0,614	0,619	0,770	0,485	3820
Acrelândia	0,604	0,584	0,808	0,466	4055
S. Madureira	0,603	0,593	0,810	0,456	4081
Xapuri	0,599	0,621	0,733	0,448	4167
Bujari	0,589	0,603	0,772	0,439	4416
A. Brasil	0,588	0,578	0,770	0,456	4444
P. Acre	0,576	0,593	0,771	0,418	4718
Capixaba	0,575	0,601	0,794	0,398	4742
R. Alves	0,567	0,518	0,736	0,477	4903
M. Urbano	0,551	0,586	0,767	0,373	5186
Feijó	0,539	0,559	0,723	0,388	5332
Tarauacá	0,539	0,554	0,720	0,392	5332
P. Walter	0,532	0,521	0,726	0,397	5382
S. R. Purus	0,517	0,519	0,781	0,340	5473
M. Thaumaturgo	0,501	0,479	0,726	0,361	5.529
Jordão	0,469	0,499	0,731	0,283	5.559

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

O fator longevidade puxa o índice geral dos municípios para cima, enquanto a educação puxa o índice para baixo. A economia fica no meio. Nota-se que quanto mais difícil o acesso ao município, menor seu IDH, exemplo: Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Os municípios com maior percentual de renda são Rio Branco,

Cruzeiro do Sul e Brasília. Os municípios com maior percentual de moradores que se declararam sem renda são Santa Rosa do Purus, Jordão e Porto Walter, exatamente os que apresentam maior dificuldade de acesso à capital.

Quanto à violência, segundo Waiselfisz (2011), o Acre é um dos estados menos violentos do Brasil. Entre as faixas etárias de 15 a 24 anos, 44,7% morrem de causas naturais e 55,3% de causas externas. Entre as demais faixas etárias 90,2% morrem de causas naturais e 9,8% de causas externas.

Assim, o Acre foi construído nesse espírito de esquivas e aproximação: seringueiros versus patrões, brasileiros versus bolivianos e peruanos, civilizados versus indígenas, brancos, negros, indígenas e suas diversas e possíveis nuances de cruzamentos interétnicos. Os acreanos escolheram ser brasileiros com o amargo custo de milhares de vidas humanas, estando a maioria deles enterrados de forma anônima.

2. A abordagem das experiências pedagógicas e as formas de diálogo e troca de saberes dos participantes e seus resultados para a sociedade beneficiada.

2.1 A relevância das experiências.

Um país geograficamente tão grande e diverso como o Brasil e com tantas diferenças regionais necessitava de um projeto de aproximação entre as academias e que permitisse a troca de experiências entre os acadêmicos das suas regiões. E o projeto nasceu na Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. Antes, porém de sua elaboração foi feita uma experiência piloto na Casa Rosa Mulher, em Rio Branco, Acre, financiada pela Fundação Getúlio Vargas³.

A Casa Rosa Mulher é um empreendimento social da Prefeitura de Rio Branco - Acre, iniciado em 1990, com a finalidade de apoiar, encorajar, acolher, atender, promover os direitos das mulheres em situação de violência física e sexual, na busca de saídas para seus problemas. A Casa oferece apoio jurídico, psicológico, social, de saúde e atividades de arte-educação, atendendo em grupos e individualmente. Em 2005 foi credenciada como Centro de Referência para Mulheres em situação de Violência (TEIXEIRA, 2008). O estudo feito a partir da visita de campo resultou num trabalho acadêmico apresentado, no Seminário de Pesquisa em novembro de 2008, na FGV em São Paulo.

2.2 As trocas de saberes entre os alunos das quatro IES e as experiências estudadas: as experiências estudadas na Amazônia Sul ocidental.

2.2.1 Projeto Reça – 2009. Francisco Ranieri M. Silva e Naila Lopes Suarez. Supervisores:

³ A aluna escolhida do Curso de Administração Pública foi Malila Nami Cutrim Ohki e no Acre selecionamos Priscila Costa Silva, do Curso de Ciências Sociais da UFAC. Elas foram orientadas por Fernando Burgos, que terminava seu doutoramento na FGV e ajudou a escrever o projeto.

A primeira experiência de campo, já com o projeto já financiando pela Capes, se constituiu na troca de saberes entre estudantes da UVA e da FGV no Projeto Reca. O Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) teve início com um grupo de agricultores vindos de várias partes do Brasil, assentados em uma área demarcada pelo INCRA no antigo seringal Santa Clara. Os produtores se juntaram aos seringueiros e seguiram uma metodologia de trabalho que resultasse em melhores condições de vida a todos e que fosse adaptada ao clima e forma de vida dos povos locais. A aplicação dos conhecimentos de organização e cooperação de todos levou à implantação de sistemas agrícolas e florestais (SAFs), com plantas nativas e conhecidas da região e frutíferas. São trabalhadas mais de vinte espécies frutíferas, medicinais e madeireiras: a bacaba, andiroba, copaíba, sangue de dragão, rambotã, seringa, o araçá-boi, acerola, maracujá, abacaxi, goiaba, mel, etc. A previsão é de se aumentar a produção em: Cupuaçu, palmito de pupunha, sementes de pupunha, castanha e açaí⁴.

Este projeto representa uma experiência bem sucedida de um empreendimento rural unindo agricultores e extrativistas. Entendo que esse projeto, ressalvadas as devidas proporções e diferenciações, consegue fazer uma síntese do que deveria ser todo o Acre rural na contemporaneidade.

2.2.2 Manejo sustentável da madeira no município de Xapuri e encauchados de seringueiras. 2012. Geiza Azevedo, Vitor Borba, Catarina Ianni Segatto e Franklin Bruno da Silva.

Este foi o segundo estudo de campo do Projeto, realizado na região Sul do Acre, tratando da política de manejo madeireiro do Estado.

Segundo o relatório produzido pelos participantes: Os seringueiros se uniram e, em todo estado, realizavam os chamados empates, nos quais expulsavam os funcionários dos fazendeiros das terras compradas antes da derrubada das árvores. Alguns desses empates ocorreram de forma pacífica, porém muitos deles resultaram grandes lutas e muitas mortes, principalmente de seringueiros (AZEVEDO, ASSUREUY, SEGATTO e SILVA, 2010).

Os empates aconteceram no Acre na década de 1970 e consistiram na estratégia política usada pelos seringueiros expulsos de suas colocações que ficavam nos seringais vendidos aos “paulistas”, de impedir pacificamente o corte da floresta para transformá-la em campo de pasto.

A região Sul do Acre foi palco de conflitos entre “paulistas” e extrativistas, nos anos 1970–1980, que culminaram na morte de Chico Mendes. Ele representa o momento de impasse entre o modelo extrativista e o da pecuária, na história do Acre. Hoje, vive-se numa transição do modelo extrativista para um sistema misto, onde os pequenos e médios produtores são extrativistas e também criadores de gado.

⁴ http://www.projetoreca.com.br/site/?page_id=40 acesso: 12.04.2014

O que pode ser dito é que a experiência é considerada recente por estudiosos e isso significa que talvez seja cedo para se afirmar sobre o êxito ou fracasso da mesma. Entretanto é fato que o Manejo Florestal Comunitário Madeireiro envolve grande número de pessoas, direta e indiretamente, e que sua abrangência revela a grande importância para Xapuri, para o Estado do Acre e, logo, a grande responsabilidade com que deve ser tratado (AZEVEDO, ASSUREUY, SEGATTO e SILVA, 2010).

A tentativa do Governo do Acre em criar uma política de manejo madeireiro é complexa e por isso difícil, considerando-se a necessidade de estabelecimento completo da cadeia da extração, produção e comercialização dos produtos.

2.2.3 Estudo de caso da extinção da SEF e criação da SEDENS no Acre. 2012. Bráulio Humberto e Sahid Xerfan Neto. Supervisão de Anny Medeiros e Mariana Almeida.

A terceira experiência estudada visava entender os novos rumos que o Governo do Estado do Acre dava à sua política florestal/ambiental e industrial.

Primeiramente, em relação ao discurso oficial do governo, reconhecemos a necessidade de alinhar as políticas florestais e industriais, ou seja, elas devem caminhar juntas no sentido de um desenvolvimento sustentável. Este desenvolvimento se mostra importante para o Acre como um todo, tendo em vista que o estado carece de investimentos industriais, econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que conta com um grande potencial proveniente da floresta, e do uso consciente de seus recursos. Reconhecemos, também, que a criação de uma secretaria que lida especificamente com questões florestais representa um grande avanço não somente para o Acre, mas também para todo o Brasil. Nesse sentido, sua extinção, de fato, pode ser considerada um retrocesso (HUMBERTO, NETO, 2012).

Este caso estudado se refere a uma decisão recente de mudança de rumo da política do Governo no Acre, em busca da implantação de uma política industrial. No Governo Jorge Viana se chamava “Governo da floresta”, mas agora com o governo Tião Viana, o slogan mudou para “Governo do povo do Acre”. Talvez esse slogan traga uma pista explicativa dessa mudança de rota.

2.2.3 Interpretações sobre ações de integração na Amazônia Sul ocidental: a rodovia transoceânica e a iniciativa MAP na tríplce fronteira Brasil, Peru e Bolívia. 2013. Maria Mirles Sant’Anna Teixeira e Rafael Oliveira Leite, com supervisão de Ana Íris Tomás Vasconcelos e Melina Rombach. Fundação Getulio Vargas (FGV) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Esta quarta experiência dos estudantes estava relacionada com a Rodovia Transoceânica e a convivência comum entre os povos da fronteira Brasil/Peru/Bolívia.

As conversas na Bolívia desnudaram um quadro distinto do encontrado no Brasil e no Peru. Isso porque diferentemente do que ocorre nos outros dois países, a Bolívia não é atravessada pela rodovia Interoceânica. A discussão sobre a elaboração de estratégias capazes de mitigar efeitos negativos da presença da rodovia na região passa sempre pelo estabelecimento de ferramentas capazes de constranger as autoridades dos países vizinhos a aumentar a vigilância nas regiões de fronteira. Há uma linha bastante tênue entre colaboração e conflito entre os países, nesse sentido. Um representante da Agencia para el Desarrollo de las Macroregiones y Zonas Fronterizas da Bolívia (ADEMAF), declarou: “A Rodovia Interoceânica trouxe mais problemas que desenvolvimento para o Pando (Bolívia). Sofremos efeitos diretos em termos de aumento do desmatamento e outras questões ambientais, mas os efeitos positivos em termos de comércio são bastante residuais”. Outra clara distinção encontrada na Bolívia é o relacionamento entre as autoridades locais e as organizações de alguma forma articuladas à iniciativa MAP. No Brasil e no Peru comumente as autoridades se referem à iniciativa de forma positiva e até mesmo com entusiasmo. No caso boliviano, há um claro desentendimento entre os governos nacional e departamental com relação ao trabalho desenvolvido por organizações não governamentais. A exceção é o governo municipal de Cobija, cuja relação com organizações não governamentais locais é amistosa. Segundo Ana Lúcia Reis, prefeita de Cobija: “Tenho muito respeito pelo trabalho do MAP, da Herencia. A relação é a melhor possível. Mas a desconfiança em outros níveis de governo (departamental e nacional) é muito grande” (TEIXEIRA, LEITE, VASCONCELOS, ROMBACH, 2013).

Essa experiência do grupo de estudantes da FGV e da UVA na tríplice fronteira Bolívia, Brasil e Peru, em 2013 é muito interessante porque abre levemente a cortina velada de sentimentos ambivalentes (amor e ódio) entre os três países.

Do ponto de vista da integração, do diálogo entre os povos da fronteira trinacional, percebem-se perspectivas positivas de relacionamentos entre acreanos, bolivianos e peruanos. Brasiléia e Epitaciolândia e Cobija são exemplos de comunidades unidas por laços familiares, comerciais, culturais e educacionais. Embora menores, e por isso com menor fluxo comercial, mas, Assis Brasil, San Pedro de Bolpebra e Iñapari também figuram como cidades gêmeas trifronteiriças.

2.2.4 Projetos de Desenvolvimento Sustentável no Acre: Nova Bonal e Porto Carlos. Estudantes: Brauner Geraldo Cruz Junior (FGV-SP) e Mariana Gabriela de Oliveira (FJP-MG), supervisionados por Lúcio Nagib Bittencourt (FGV-SP) e Valéria Coelho Santos (FJP-MG).

Na experiência visitada em 2014, os alunos tinham como “plano de voo” inicial, o a experiência do PDS Nova Bonal. A sugestão de visitar o PDS Porto Carlos veio depois que a

equipe já estava no Acre para a realização da visita de campo, através do contato estabelecido com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O segundo projeto foi indicado como sugestão para que a equipe pudesse conhecer distintas realidades presentes nos assentamentos do Acre, tendo assim uma visão mais heterogênea sobre o assunto.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos ocupa uma área total de 14.394,0576 hectares, obtido por desapropriação, com ato de criação datado 24 de dezembro de 2009, beneficiando 247 famílias. A área é estratégica, pois está à margem da rodovia BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, que liga o mercado consumidor brasileiro, peruano e boliviano. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Bonal possui atualmente uma área de 11.224 hectares e 205 famílias assentadas. Esse assentamento possui destaque na imprensa em relação ao seu processo de formação, dando ênfase ao modo de organização e é tido como uma experiência inovadora e de grande referência.

Foram percebidos pela equipe vários desafios com os quais essas experiências têm que se haver cotidianamente. Um dos mais importantes é a noção de coletividade, considerada um pouco restrita em ambos os assentamentos por motivos diversos que remontam à própria origem das famílias hoje assentadas.

A dependência de assistência técnica também foi percebida, assim como a difícil relação entre a noção de rural versus urbano. Em Porto Carlos, todos os assentados eram de origem rural, já viviam na terra onde estavam ou produziam em fazendas na Bolívia. Todos sabiam como lidar com a terra e dela viver. Assim, conseguiram produzir e viver no seu espaço dentro do assentamento. Em Bonal, a maioria dos moradores são provenientes de zonas urbanas. Assim, não conseguem lidar com a terra de maneira tão natural. Isso reflete na falta de diversificação da produção e da procura por empregos fora do assentamento, demonstrando a dificuldade de viver da terra.

Para responder a todos esses desafios, o INCRA tem um importante papel a desempenhar. O aperfeiçoamento do serviço de Assistência Técnica, hoje tão fundamental para a organização, pode ser um exemplo. Para isso, pode ser necessário fortalecer a instituição, seja com maior apoio ou com mais recursos do Governo Federal.

2.3 As experiências estudadas por alunos da UFAC em outras regiões brasileiras foram:

2.3.1 Escolas famílias agrícolas do Mepes no Espírito Santo, em 2009. Os estudantes eram Gesley Pereira (FGV) e Juliet Matos (UFAC), orientados por Veronika Paulics (FGV) e Eloi Biquer (UFAC).

2.3.2 Consorcio intermunicipal de saúde do alto São Francisco, em Minas Gerais, no ano de 2010. Os estudantes foram Marcus Vinicius Travaglini Ferreira (FGV) e Elizeu Loureiro (UFAC), supervisionados por Patrícia Laczynski (FGV) e Genildo Macedo (UFAC).

2.3.3 Em 2012, foi estudado o Projeto Pão da Vida, no Instituto de Ecologia Social Carnaúba, no Ceará. José Leonardo Asumpção (UFAC) e Ricardo Rocha Rodrigues (FGV) foram supervisionados por Fernando Burgos (FGV) e Magdeline Benitez Romero (UFAC).

2.3.4 Em 2013, foi estudado o Programa Travessia do Gov. de Minas Gerais. As estudantes Lizandra Silva Ferreira (UFAC) e Nina R. Scheliga (FGV) foram supervisionadas por Ana Paula Kanoppa (UFAC) e Lucio Bittencourt (FGV).

2.3.5 Em 2014, Bruno Giorni (UFAC) e Priscila Corrêa (FGV) foram supervisionados por Anderson Amparo (UFAC) e Tatiana Sandim (FGV) no estudo do caso da mini-fábrica de beneficiamento da castanha de caju do Assentamento Che Guevara, localizado no município de Ocara-CE.

Todas as trocas de experiências das quais os estudantes da UFAC participaram no Nordeste e Sudeste do Brasil foram de grande importância para o aporte de conhecimentos aos seus currículos profissionais. Os diálogos construídos e em construção entre as academias do Sudeste (Fundação Getulio Vargas de São Paulo e Fundação João Pinheiro de Minas Gerais), do Nordeste (Universidade Estadual do Vale do Acaraú no Ceará) e do Norte (Universidade Federal do Acre) são legados que podem resultar em novos projetos em benefício da população brasileira.

Conclusão

Creio que este projeto alcançou seus objetivos ao preencher uma lacuna na aproximação de instituições que têm grande domínio de conhecimentos e tecnologias com outras de menor domínio tecnológico. Sua maior relevância consistiu na troca de saberes através de experiências novas que os estudantes de diferentes regiões brasileiras vivenciaram ao conhecerem estudantes de instituições de outras regiões e ao estudarem as realidades que estão registradas nesse livro. O Brasil, por ser tão grande e com tanta diversidade (étnica, econômica, religiosa, educacional, climática, etc.), ficou culturalmente mais rico com o CLIU, ainda que seja um projeto muito pequeno se considerado o universo brasileiro, e pode ser ampliado na tentativa de aumentar a aproximação entre as academias e as múltiplas realidades nacionais.

Referências

AZEVEDO, G. G; ASSUREUY, V. B; SEGATTO, C. I.; SILVA, F. B. Manejo Sustentável da Madeira no Município de Xapuri- AC. 2010

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/relatorio_cliu-manejo_florestal_comunitario_madeireiro. Acesso em 15.04.2014

GLAESER, Edward. Entrevista: Quanto mais gente melhor. Revista Veja, Ed.2262, n. 13. 28-03-2012 p. 17-21)

HUMBERTO, B; NETO, S. X. Estudo do caso da extinção da SEF e criação da SEDENS no estado do Acre. 2012.

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/relatorio_final_sedens_v2.pdf
acesso: 15.04.2014

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

PESSOA, E. S. Trabalhadores da Floresta do Alto Juruá: cultura e cidadania na Amazônia. 2ª. Edição. Rio Branco: EDUFAC, 2007.

_____. Atitude Ética versus Etnocentrismo/Estereótipo/Preconceito na fronteira: Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). Belo Horizonte: Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, 2006.

_____. Povos Indígenas e o sistema colonizador na Amazônia sul-ocidental. Revista Psicologia Política. 5 (10) 211-237, 2005.

QUARESMA, E. & PESSOA, E. S. O nordestino e o extrativismo da borracha em Rio Branco – Acre, na década de 40. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1999 (TCC).

TEIXEIRA, M. M S. e LEITE, R. O; VASCONCELOS, A.Í. T; ROMBACH, M. Interpretações sobre ações de integração na Amazônia Sul Ocidental: A Rodovia Interocceânica e a Iniciativa MAP na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia. 2013 Fundação Getulio Vargas (FGV) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

<http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/arquivos/CLIU/cliuversaofinal.pdf> acesso: 15.04.2014.

TOCANTINS, L. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

WASELFSZ, J. J. Mapa da Violência 1ª. Edição São Paulo: Instituto Sangari/ Ministério da Justiça – Brasil, 2011.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. A Política como Vocação. Brasília: Ed. UNB, 2003.

_____. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

<http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta> Acesso: 22.10.2013

<http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm> acesso: 22.10.2013
